

Atos Oficiais

LEI Nº 6.571, 23 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a celebração de Termo de Colaboração com as Associações Pais e Mestres - APM's das Escolas Municipais da Estância Turística de Ribeirão Pires para o ano de 2.021, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração com as APM's das Escolas Municipais sediadas no Município, objetivando desenvolver programas de cooperação mútua na manutenção e melhoria da qualidade do ensino.

§1º Fica vedada a contratação de pessoal para exercer função de natureza permanente.

§2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior deste artigo considera-se função de natureza permanente a executada em caráter não eventual.

Art. 2º O Termo de Colaboração de que trata o art. 1º será firmado de acordo com o anexo que integra esta Lei.

Art. 3º As escolas municipais receberão os repasses de uma única vez, conforme segue:

ATÉ 150 ALUNOS – R\$ 6.000,00

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Amauri nascimento (I) 116 C	R\$ 6.000,00
2	Antônio Cumpian Silva (I) 59 C	R\$ 6.000,00
3	Cicera Benevides (I) 110 P	R\$ 6.000,00
4	Edir Maria (I) 147 C	R\$ 6.000,00
5	Francisco Melo (I) 54 C	R\$ 6.000,00
6	Julia Del Corto (I) 86 C	R\$ 6.000,00
7	Olivia M. Petrilli (I) 113 C	R\$ 6.000,00
8	Palmira Antonio (I) 58 C	R\$ 6.000,00
9	Monteiro Lobato (I) 140 P	R\$ 6.000,00
10	Katia Regina C. Ribeiro (I) 72 C	R\$ 6.000,00

DE 151 À 200 ALUNOS – R\$ 8.000,00

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Angelina Denadai (I) 183 C	R\$ 8.000,00
2	João Midola (F) 181 F	R\$ 8.000,00
3	Maria Gloria (I) 186 C	R\$ 8.000,00
4	Maria Siqueira de Paula (F) 153 F	R\$ 8.000,00
5	Neusa L. Sanches (I) 177 C	R\$ 8.000,00
6	Francisca Santiago (I) 153 P	R\$ 8.000,00
7	Mathilde F. David (I) 165 P	R\$ 8.000,00
8	Tia Mariinha (I) 165 P	R\$ 8.000,00

DE 201 À 400 ALUNOS R\$ 10.000,00

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Abdalla Chiedde (F) 385 F	R\$ 10.000,00
2	Antonio Bacelar (F) 355 F	R\$ 10.000,00
3	Herbert J. de Souza (I) 287 P	R\$ 10.000,00
4	Lavinia Figueredo (F) 272 F	R\$ 10.000,00
5	Bernadete B. Seixas (I) 307 C	R\$ 10.000,00
6	Maria Gomes Pilar (I) 206 P	R\$ 10.000,00
7	Mabel Cunha (I) 204 C	R\$ 10.000,00
8	Manoel B. Da Silva (F) 272 F	R\$ 10.000,00
9	Silvio Grecco (I) 230 P	R\$ 10.000,00
10	Fiorino Roncon (I) 220 P	R\$ 10.000,00
11	Valberto Fusari (I) 284 C	R\$ 10.000,00

DE 401 À 800 ALUNOS R\$ 12.000,00

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Eng.º Carlos Rohm II (I) 410 P	R\$ 12.000,00
2	Yoshihiko Narita (F) 674 F	R\$ 12.000,00

ACIMA DE 801 R\$ 18.000,00

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Eng. C. Rohm Unid. I (F) 1.230 F	R\$ 18.000,00
2	Sebastião Vayego (F) 931 F	R\$ 18.000,00

TOTAL GERAL

(F)	FUNDAMENTAL	R\$ 104.000,00
(P)	PRÉ	R\$ 88.000,00
(C)	CRECHE	R\$ 102.000,00
	TOTAL	R\$ 294.000,00

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 23 de abril de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ROSI RIBEIRO DE MARCO

Secretária de Educação

Processo Administrativo nº
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

151/2021

-

PMRP.

ANEXO

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AS APM'S DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO MÚTUA NA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO.

Por este instrumento Termo de Colaboração, as partes, de um lado a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires (detalhar as especificações) e de outro lado as APM's (detalhar especificações e Cadastro do Cartório), tem entre si justo e acordado, o presente Termo de Colaboração, consoante as Cláusulas e condições da [Constituição Federal](#), da [Lei Federal nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, da [Lei](#) Nº13.019/14, alterada pela LEI Nº13.204/15 e demais disposições legais pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O Termo de Colaboração tem por objetivo desenvolver Programas de Cooperação Mútua na manutenção e melhoria da qualidade de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1 Para execução do presente Termo de colaboração, o Município obriga-se a:

- I- Analisar e deliberar o Plano de Trabalho proposto pela APM;
- II- Transferir os recursos financeiros previamente estabelecidos no Plano de Trabalho, e de acordo com o cronograma de desembolso, conforme Cláusula Quarta do presente Instrumento, mediante depósito em conta bancária específica da APM;
- III- Baixar resolução, estabelecendo os critérios e formas de transferências, de aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros às APM's;
- IV- Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Colaboração, quando houver atraso na liberação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- V- Acompanhar e controlar a execução do presente Termo de Colaboração, diretamente ou por delegação de competência;
- VI- Prestar assistência técnica às APM's durante a vigência deste Termo de Colaboração;
- VII- Receber a prestação de contas, analisar quanto à execução do objetivo, segundo o Plano de Trabalho, e encaminhá-la ao Departamento de Orçamento e Contabilidade, na forma do disposto na Cláusula Sétima deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APM

3.1 Para execução do presente Termo de Colaboração, a APM obriga-se a:

- I-Abrir conta bancária específica no Banco do Brasil, com agência sediada em Ribeirão Pires, denominada APM da Escola;
- II-Aplicar, obrigatoriamente, os recursos depositados na conta bancária acima indicada, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança;
- III- Cumprir e fazer cumprir as instruções que receber do Município, relacionadas com os serviços a serem executados, e garantir o livre acesso de servidores do sistema de controle interno, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Termo de Colaboração, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- IV-Apresentar ao Município a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na Cláusula Sétima;
- V-Manter em sua sede e em boa ordem, à disposição do Município, pelo prazo de 5 anos a contar da aprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os documentos emitidos nominalmente e identificados com o número do Termo de Colaboração e demais registros contábeis;
- VI-Manter os recursos em conta bancária específica, efetuando saques somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo, mediante cheque nominativo ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro;
- VII-Restituir, até 10 dias do término da vigência do Termo de Colaboração, eventual saldo dos recursos recebidos, inclusive os oriundos de aplicações no mercado financeiro, mediante os instruções da Prefeitura;
- VIII- Restituir ao Município, no prazo improrrogável de até 10 dias após a deliberação do controle interno, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, nos casos previstos na Cláusula 9.1 e 9.2.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

4.1 Para o desenvolvimento e implantação dos objetivos ora pactuados, o Município analisará o Plano de Trabalho específico para cada Unidade Escolar, a ser proposto pela APM, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I-	Identificação	do	objeto	a	ser	executado;
II-	Metas	a	serem			atingidas;
III-	Etapas	ou	fases	de		execução;
IV-	Plano	de	aplicação	dos	recursos	financeiros;
V-		Cronograma	de			desembolso;
VI-	Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim, da conclusão das etapas ou fases programadas;					
VII-	Prestação de Contas.					

4.2 Excepcionalmente, admitir-se-á à APM propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, não podendo ser alterado o objeto.

4.3 A reformulação do Plano de Trabalho, em função das alterações previstas no item anterior, deverão ser proposta pela APM, com as devidas justificativas, que será apreciada pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA

5.1 O Município transferirá à APM recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido no Plano de Trabalho de que trata a Cláusula anterior.

5.2 A importância resultante da revisão procedida na forma do parágrafo anterior, será depositada pelo Município, obedecidos aos prazos previstos no Plano de Trabalho, a favor da APM, na agência bancária respectiva.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE REPASSE E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 A transferência devida pelo Município à APM, será efetuada através de depósito em conta bancária específica aberta pela APM para esta finalidade, na forma do disposto na Cláusula Terceira, após a publicação do extrato do Termo.

6.2 Os recursos transferidos na forma do disposto no item anterior, serão aplicados na aquisição de materiais de uso exclusivo da escola, podendo ser utilizados em quaisquer das finalidades:

- a) didáticas;
- b) escritório;
- c) biblioteca;

- d) educação física / recreação;
e) higiene e limpeza;
f) zeladoria;
g) roupas de cama, mesa e banho alunos;
h) colchões, colchonetes e berços;
i) equipamentos eletroeletrônicos;
j) manutenção emergencial, pequenas adaptações e consertos de equipamentos;
k) formação de profissionais.

6.3 Na utilização dos recursos transferidos deverão ser respeitados os limites estabelecidos para cada item, segundo a natureza da despesa, e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

6.4 A homologação do Plano de Trabalho pelo Supervisor Educacional é condição para liberação dos recursos.

6.5 Caso os limites não sejam respeitados, o pagamento do excesso daí decorrente caberá exclusivamente à APM, desonerado o Município deste encargo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas dos recursos recebidos por este Termo e Colaboração serão entregues ao Setor de Orçamento e Contabilidade, anualmente, até 28 de fevereiro do ano subsequente, para análise na forma da legislação em vigor, respeitadas as exigências do TCE e orientações do Município, contendo os seguintes documentos:

- a) demonstrativo da execução da receita e da despesa;
b) extrato bancário conciliado, evidenciando a movimentação dos recursos;
c) originais dos comprovantes fiscais das despesas executadas;
d) relatório circunstanciado da atividade desenvolvida no período, referente ao cumprimento do objeto.
e) balancete de 31 de dezembro do ano anterior, assinado por contador com registro no CRC, evidenciando escrituração dos ingressos e despesas a conta deste Termo de Colaboração;
f) parecer do Conselho Fiscal sobre a regularidade das contas e dos documentos comprobatórios;
g) comprovante de recolhimento do saldo, se houver;
h) relação de bens permanentes adquiridos ou produzidos.

7.2 A falta de prestação de contas, no prazo estabelecido pelo Município, importará suspensão de repasses futuros.

7.3 Para fins de comprovação de gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Termo de Colaboração, devendo os documentos comprobatórios serem originais e emitidos em nome da APM para análise do Município.

7.4 Não poderão ser pagas com recursos do Termo de Colaboração despesas decorrentes de multas, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimento fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSE DOS BENS

8.1 Quando da conclusão do objeto ou extinção deste Termo de colaboração, fica assegurado ao Município o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes, adquiridos ou produzidos, em decorrência de sua execução, os quais serão exclusivamente destinados às escolas beneficiadas, cabendo a estas assumir a responsabilidade pela guarda e conservação desses bens.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

9.1 O presente Termo de Colaboração vigorará pelo prazo previsto para a execução do objeto no Plano de Trabalho, podendo ser rescindido por mútuo consentimento, ou denúncia de qualquer das partes, manifestada com antecedência mínima de 60 dias.

9.2 A denúncia ou a rescisão do presente Termo de colaboração, de iniciativa do Município, ocorrerá quando da constatação, entre outras, das seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Termo de Colaboração;
b) não adoção por parte da APM, das medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo Município na execução do presente Termo;
c) quando não for executado o objeto do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 O Termo de Colaboração será publicado por extrato, em órgão oficial de divulgação, no prazo de 15 dias, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para qualquer dúvida ou ação que possam decorrer da execução desde Termo de Colaboração, fica eleito o Foro desta Comarca, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes. E, por estarem assim ajustados, e pata que produza efeitos legais, firmam o presente Instrumento em 3 vias, juntamente com 2 testemunhas.

Ribeirão Pires, _____, de _____ de 2021

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

NOME DO REPRESENTANTE DA APM
Cargo que ocupa

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____